

7. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

O presente capítulo apresenta os principais aspectos legais relacionados com o projeto de implantação da CATAVENTOS EMBUACA - GERAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA. no município de Trairi, estado do Ceará. Compreende a discriminação e a análise das principais leis e normas ambientais nos âmbitos federal, estadual e municipal relacionadas com a proposta do empreendimento visando a orientar o pedido de Licenciamento Ambiental e a viabilizar a sua implantação e operação em conformidade com a legislação vigente.

7.1. RELAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL PERTINENTE

7.1.1. LEIS FEDERAIS

LEI N.º 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

LEI N.º 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965- Institui o Novo Código Florestal.

LEI N.º 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967 - Dispõe sobre proteção à fauna silvestre e dá outras providências.

LEI N.º 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977 - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural e dá outras providências.

LEI N.º 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

LEI N.º 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

LEI N.º 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988 - Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

LEI N.º 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 - Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previstos no Art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.

LEI N.º 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995 - Estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.

LEI N.º 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996 - Institui a agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o Regime das Concessões de Serviços Públicos de energia elétrica e dá outras providências.

LEI N.º 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

LEI N.º 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

LEI N.º 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 - Regulamenta o Art. 225 § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências.

LEI N.º 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

LEI N.º 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 - Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.

7.1.2. DECRETOS FEDERAIS

DECRETO-LEI N.º 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 - Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

DECRETO N.º 86.176, DE 06 DE JULHO DE 1981 - Regulamenta a Lei n.º 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.

DECRETO N.º 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 - Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico - econômico e dá outras providências.

DECRETO N.º 99.274, DE 06 DE JUNHO DE 1990 - Regulamenta a Lei n.º 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

DECRETO N.º 2.003, DE 10 DE SETEMBRO DE 1996 - Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor e dá outras providências.

DECRETO N.º 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 - Regulamenta artigos da Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.

DECRETO N.º 5.300, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta a Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre as regras de uso e ocupação da zona costeira, estabelece critérios de gestão da orla marítima e dá outras providências.

DECRETO N.º 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.

7.1.3. RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 - Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 - Aprova os modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 - Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 - Dispõe sobre a emissão de ruídos em decorrência de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 - Estabelece padrões de qualidade do ar.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão).

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 237, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997 - Determina a revisão dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 - Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e outras providências.

RESOLUÇÃO ANEEL N.º 265, DE 13 DE AGOSTO DE 1998 - Estabelece as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica.

RESOLUÇÃO ANEEL N.º 112, DE 18 DE MAIO DE 1999 - Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 307, DE 05 DE JUNHO DE 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 357, DE 11 DE MARÇO DE 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 - Determina os casos em que é possível a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.

RESOLUÇÃO CONAMA N.º 420, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009 - Dispõe sobre os critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

7.1.4. PORTARIAS FEDERAIS

PORTARIA MINTER N.º 092, DE 19 DE JUNHO DE 1980 - Edita critérios e padrões a serem obedecidos na emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive programada.

PORTARIA/IBAMA N.º 96, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996 - Estabelece critérios para o funcionamento do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.

PORTARIA ANEEL N.º 112, DE 18 DE MAIO DE 1999 - Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.

PORTARIA MME N.º 084, DE 17 DE ABRIL DE 2000 - Aprova o Plano Decenal de Expansão - PDE 2000/2009 - do setor elétrico, o qual será incorporado ao Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015 - Plano 2015.

PORTARIA IPHAN N.º 007, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1988 - Estabelece os procedimentos necessários à comunicação prévia, às permissões e às autorizações para pesquisas e escavações arqueológicas em sítios previstos na Lei nº 3.924/1961.

PORTARIA IPHAN N.º 230, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002 - Estabelece dispositivos para a compatibilização e obtenção de licenças ambientais em áreas de preservação arqueológica.

7.2. RELAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL PERTINENTE

7.2.1. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO CEARÁ

O Capítulo VIII da Constituição Estadual dos Artigos 259 a 271 refere-se ao meio ambiente, sobre os direitos e deveres de preservá-los e sobre os mecanismos e formas de articulação do poder público e da coletividade, visando à preservação de um ambiente equilibrado e uma qualidade de vida sadia para as futuras e presentes gerações.

7.2.2. LEIS ESTADUAIS

LEI N.º 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977 - Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado e outras providências.

LEI N.º 11.411, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987 - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente, cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, além de estabelecer outras providências.

LEI N.º 11.678, DE 23 DE MAIO DE 1990 - Acrescenta competência ao Conselho Estadual do Meio Ambiente, estabelecida pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei n.º 11.564/89.

LEI N.º 12.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995 - Dispõe sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.

LEI N.º 12.521, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995 - Define as áreas de interesse especial do Estado do Ceará para efeito do exame e anuência prévia de projetos de parcelamento do solo para fins urbanos na forma do Art. 13, inciso I da Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1997, e dá outras providências.

LEI N.º 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001 - Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá providências correlatas.

LEI N.º 13.892, DE 31 DE MAIO DE 2007 - Dispõe sobre a política estadual de gerenciamento costeiro, sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

7.2.3. DECRETOS ESTADUAIS

DECRETO N.º 15.274, DE 26 DE MAIO DE 1982 - Dispõe sobre as faixas de preservação de 1ª e 2ª categoria dos recursos hídricos.

DECRETO N.º 20.764, DE 08 DE JUNHO DE 1990 - Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no território cearense para fins de prevenção e controle da poluição atmosférica de veículos automotores do ciclo diesel.

DECRETO N.º 24.207, DE 30 DE AGOSTO DE 1996 - Regulamenta as Leis n.º 12.494, de 04 de outubro de 1995, e n.º 12.533, de dezembro de 1995, que dispõem sobre a fiscalização e controle de emissão de poluentes atmosféricos por veículos automotores no Estado do Ceará.

DECRETO N.º 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 - Regulamenta a Lei n.º 12.488, de 13 de setembro de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado do Ceará.

7.2.4. OUTRAS NORMAS

PORTARIA/SEMACE N.º 14, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 - Estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no Estado do Ceará.

RESOLUÇÃO COEMA N.º 20, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998 - Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e à fiscalização de atividades de impacto ambiental local e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 01/99, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 - Normatiza os procedimentos administrativos para exploração florestal, o uso alternativo do solo para a queimada controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o Estado do Ceará, além de estabelecer outras providências.

PORTARIA/SEMACE N.º 201, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999 - Estabelece normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais.

PORTARIA/SEMACE N.º 154, DE 22 DE JULHO DE 2002 - Dispõe sobre padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras.

RESOLUÇÃO COEMA N.º 09, DE 29 DE MAIO DE 2003 - Institui o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental e estabelece normas e critérios relativos à fixação do seu valor, modo, lugar e tempo do pagamento. Além disso, informa a quem o montante deverá ser pago e como será a aplicação desse recurso à gestão, fiscalização,

monitoramento, controle e proteção do meio ambiente no Estado do Ceará.

RESOLUÇÃO COEMA N.º 08, DE 15 DE ABRIL DE 2004 - Institui os critérios de remuneração dos custos operacionais e de análise do licenciamento e autorização ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente no território do Estado do Ceará.

RESOLUÇÃO COEMA N.º 01, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005 - Estabelece definições de unidades geoambientais e acidentes geográficos constantes no litoral cearense, nos termos da legislação federal aplicável, mais especificamente do Decreto Federal n.º 5.300, de 07 de dezembro de 2005, considerando os dados e análises apresentados pelo Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE no litoral do Estado do Ceará.

7.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Trairi possui 06 (seis) documentos referentes à legislação, oriundos do PDDU préexistente: o Código de Obras e Posturas; a Lei de Diretrizes Urbanas; a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo; a Lei do Sistema Viário Básico; a Lei de Organização Territorial e o Código Ambiental - Lei Municipal N.º 129/2003 de 11 de Abril de 2003 dispõe sobre a Política Ambiental do Município de Trairi e dá outras providências. Existe também a Lei Orgânica do Município, que tem como premissa básica assegurar um município com autonomia política e financeira, procurando sempre cuidar das aspirações individuais dos direitos de liberdade, bem estar e o desenvolvimento.